

Geopolítica no Platô das Guianas: rivalidades e cooperação regional

Stéphane Granger¹

Resumo

No Norte do subcontinente sul-americano, as “três Guianas”, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, sempre conheceram um isolamento mútuo, apesar do envolvimento das duas primeiras em integrações econômicas e políticas cada vez mais numerosas no mundo caribenho (AEC, CARICOM), sul-americano (OTCA, UNASUL) e americano (CELAC). Essas integrações, que se sobrepõem, permitem que elas se tornassem verdadeiras interfaces. A Guiana Francesa distingue-se pelo estatuto ainda francês e europeu, mas é essa pertença atípica que permitiu a aproximação com as outras Guianas. Com o papel também do Brasil e da União Europeia, a integração pan-guianense aparece mais como uma vontade dessas grandes potências exteriores do que dos próprios governos guianenses, por causa de tensões e litígios fronteiriços ainda vivos.

Palavras-chaves: Guianas, integração regional, territorialidade.

Geopolítica en el Planalto de las Guyanas: rivalidades e cooperación regional

Resumen

En el norte del subcontinente suramericano, las “tres Guayanas”, Guayana, Surinam y Guayana Francesa, siempre conocieron un aislamiento mutuo, a pesar de que las dos primeras están implicadas en crecientes integraciones económicas y políticas en el mundo caribeño (AEC, CARICOM), americano del Sur (OTCA, UNASUR) y americano (CELAC). Estas integraciones, que se superponen, permiten que ellas constituyan interfaces verdaderas. La Guayana Francesa se distingue por su estatuto todavía francés y europeo, hoy en día, mas son estas pertenencias atípicas que permitieron esta aproximación con las otras Guayanas. Con el papel también del Brasil y de la Unión Europea, la integración pan-guayanesa aparece así como una voluntad de estas grandes potencias exteriores mas que de los propios gobiernos guayaneses, a causa de las tensiones y conflictos fronterizos que todavía existen.

Palabras-llaves: Guayanas, integración regional, territorialidad.

¹ Doutor em Geografia pela Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3. Professor do Lycée Polyvalent Melkior - Garré. Contato: granger.stephane@orange.fr

INTRODUÇÃO

Em 2007, no quadro do desenvolvimento das suas regiões mais pobres e afastadas e de parcerias com os países vizinhos, a União Europeia promoveu um Programa Operacional Amazônia (POA), cuja área abrangia, além da Guiana Francesa (pertencendo à UE), os Estados vizinhos de Amapá, Pará e Amazonas no Brasil e a República do Suriname. Em 2014, este programa, que permitia o financiamento de projetos transfronteiriços de desenvolvimento sustentável², passou a integrar também a República da Guiana. Assim, pela primeira vez, o platô das Guianas, entre Orinoco e Amazonas³ (Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Amapá menos a parte venezuelana por motivos que estudaremos) ficou quase totalmente incluído dentro de um projeto internacional, cuja iniciativa devia-se ao governo estadual da Guiana Francesa e à União Europeia.

Territórios pequenos e ignorados até pelos países vizinhos, que vêm nelas uma “outra América do Sul” (Visentini, 2008), as Guianas ficam, também, muito isoladas entre si, com poucas ligações internas e até terrestres. A admissão da República da Guiana no POA a pedido da Guiana Francesa está concretizando uma tendência à aproximação, senão uma integração, com seu ambiente regional, e talvez vá permitir uma aproximação inédita das chamadas “três Guianas: essas, apesar das semelhanças geográficas e históricas, sempre foram separadas tanto pela colonização como pelas representações próprias e conflitos fronteiriços ainda não resolvidos”.

O objetivo desse artigo é de mostrar, além das raízes dessa situação, o quadro e a origem da evolução das relações que mantiveram entre si as Guianas, únicas colônias sul-americanas não colonizadas pelas potências ibéricas, após emancipações progressivas, e até incompletas no caso da Guiana Francesa⁴. Diferenças culturais, laços privilegiados com as ex-metrópoles e o Caribe, rivalidades fronteiriças e falta de complementaridade afastaram-nas entre si. Porém,

² Entre outros exemplos: cooperação no planejamento das margens do Oiapoque e do Maroni, rede de fibra ótica entre a Guiana Francesa e o Amapá, estudos comuns de gestão ambiental, de luta contra doenças endêmicas...

³ O que chamamos assim trata-se da parte setentrional do escudo das Guianas, incluindo as bacias dos rios atlânticos e excluindo a parte situada na bacia do Amazonas (Estados brasileiros de Amazonas e Roraima).

⁴ A Guiana Francesa oficialmente não é mais uma colônia, mas ainda pertence à França, da qual constitui uma “Coletividade Territorial de Ultramar” (CTOM) com total igualdade jurídica com a Metrópole.

todas conheçam um processo similar de continentalização, isto é de integração progressiva no subcontinente sul-americano, sob o olhar de um Brasil ao mesmo tempo inquieto e interessado. Agora, essa integração faz-se entre os próprios países do platô, sob o controle da França e a benção de uma União Europeia preocupada com as migrações fronteiriças na Guiana Francesa, e de um último ator, mais imprevisto.

AS GUIANAS ENTRE CARIBE E AMÉRICA DO SUL: UMA TERRITORIALIDADE AMBÍGUA

No Norte do subcontinente sul-americano, à beira do oceano Atlântico mas separadas do resto da América do Sul pela “cortina da Amazônia”, as Guianas (das quais excluimos as Guianas venezuelana e brasileira, integradas a conjuntos estatais maiores) constituem, de fato, um caso estranho de territorialidade. Amazônicas sem dúvida pela situação geográfica entre Orinoco e Amazonas e o meio ambiente, ainda continuam percebidas como caribenhas, pois conheceram, como as ilhas das Antilhas, *“um desenvolvimento econômico e um povoamento parecido com o das ilhas açucareiras, fazendo delas uma extensão continental do mundo caribenho insular”* (Taglioni e Cruse, 2011).

De fato, se tomarmos essa noção de territorialidade no sentido de representações espaciais proposto pelo geógrafo francês Claude Raffestin, como *“sentimento de pertencer a um espaço ao qual se identifica simbolicamente, implicando relações privilegiadas com seu território e a exterioridade”* (1982, p. 170), podemos perceber que as Guianas são incontestavelmente caribenhas pelas semelhanças e ligações com o mundo caribenho insular. Quando se tornaram independentes das metrópoles britânica (Guiana, 1966) e holandesa (Suriname, 1975), mais de um século, portanto, depois dos outros Estados da América do Sul, esses dois novos Estados conservaram uma orientação claramente caribenha: em primeiro, pela integração ao mercado comum do mundo caribenho anglófono, o CARICOM, cuja sede inclusive encontra-se em Georgetown, capital da Guiana, membro fundador desde sua criação em 1973, e à qual se juntou o Suriname em 1995. Depois, como membros da Associação dos Estados do Caribe (AEC) fundado em 1994, como, aliás, Colômbia e Venezuela.

A Guiana Francesa por sua vez, conheceu como as ilhas francesas das Antilhas (Martinica e Guadalupe) e à pedido da sua classe política, uma integração reforçada à metrópole francesa pelo estatuto de 1946⁵, fazendo delas extensões territoriais da França pela aplicação integral das leis nacionais. Encontrou-se assim administrativamente ligada ao mundo caribenho francês (“Antilles-Guyane”), principalmente pelas sedes de várias administrações regionais em Fort-de-France (Martinica) e os assuntos ligados à educação e escolarização. E, depois de uma tentativa de aproximação com o mundo amazônico como veremos, o governo estadual da Guiana Francesa pediu oficialmente no começo de 2015 uma integração ao CARICOM como membro associado apesar da fraqueza dos intercâmbios econômicos.

Pois as “três Guianas” incontestavelmente são caribenhas: Taglioni e Cruse (2011) escreveram que a sociedade do Suriname é:

(...)paradoxalmente marcada pela mestiçagem [...] e o pluralismo - ou separação societal em sub-grupos relativamente herméticos, ligados à etnicidade; duas características típicas das sociedades caribenhas [...] A matriz cultural [está] ligada a uma herança socio-histórica comum.

Lá, como na Guiana e nas ilhas anglófonas do Caribe, encontram-se comunidades indígenas, negras, chinesas, indianas, e até com partidos políticos ligados à cada comunidade, principalmente negra (“crioula”) e indiana. Na Guiana Francesa o elemento indiano é menos marcado, não é organizado politicamente, e não tem a presença de partidos étnicos; mas lá como no resto do platô das Guianas, a população é na sua maior parte de origem africana, decorrendo de séculos de escravidão e de miscigenação. As línguas que lá se falam, são compartilhadas pelos outros Estados e territórios do Caribe (inglês, *broken english*, holandês, francês, crioulo francês). No caso do Suriname e da Guiana Francesa, os fluxos migratórios recentes oriundos de Estados antilheses como Haiti e a República Dominicana reforçam o elemento caribenho na população: haitianos e dominicanos constituem

⁵ Em 1946, a Assembleia Constituinte da República Francesa transformou as quatro mais antigas colônias da França (Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa e Ilha da Reunião no oceano Índico) em “departamentos de Ultra-mar”, outra forma reconhecida de descolonização, por integração. Martinica e Guiana Francesa trocaram esse estatuto em janeiro de 2016 com o de Coletividade Territorial de Ultramar.

(oficialmente) 10% da população da Guiana Francesa; no Suriname são pouco significativos mas em forte crescimento⁶ (INSEE, 2012 ; SURINAME, 2014).

Também pode-se destacar nas Guianas uma forte presença indígena (nos arredores de 6%), principalmente das etnias caribe e aruaque que desapareceram do Caribe insular, mas que constituem no Platô das Guianas um outro elemento de aproximação. As culturas dominantes (arquitetura, culinária, carnaval, música...), porém, pelos traços africanos mais lembram o Caribe do que o resto da América do Sul. A população, predominantemente litoral, mais é virada às ilhas irmãs do Caribe e até às metrópoles europeias, com as quais as ligações permanecem fortes pelos intensos fluxos migratórios. Além disso, na Guiana e no Suriname, fato único no continente, os carros dirigem à esquerda como nas ilhas anglófonas do Caribe.

Essa multiculturalidade das Guianas, que para Visentini atrasou o processo identitário levando ao pedido de emancipação, permite casos estranhos para o mundo ocidental ao qual pertencem tanto o Caribe como a América do Sul: graças à sua forte população de origem muçulmana (20 a 30% são de origem indiana ou indonésia), a Guiana e o Suriname fazem parte da Organização da Cooperação Islâmica. Essa forte população muçulmana de origem indiana também se encontra no Estado caribenho de Trindade e Tobago. As rivalidades na colonização entre potências marítimas da Europa protestante⁷, com feitorias ou colônias também no mundo asiático, explicam tanto essa característica etno-cultural como a divisão do espaço guianense em pequenas entidades politicamente e culturalmente distintas (Lézy, 2000).

Uma fragmentação herdada da história colonial

As explicações dessa situação como dessas territorialidades mais caribenhas são históricas, pois são o fruto da história colonial entre as potências envolvidas na conquista da América do Sul: Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e França. Se o tratado de Tordesilhas em 1494 tinha atribuído a região entre

⁶ Aliás, a migração dos haitianos agora é facilitada no Suriname pois, ambos sendo membros do CARICOM, os cidadãos podem viajar dentro desse bloco regional sem visto.

⁷ Fora do caso da França, católica, mas os protestantes foram à iniciativa das grandes companhias francesas de comércio transatlântico.

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

Orinoco e Amazonas à Espanha, os espanhóis, porém, nunca conquistaram essas terras pouco acessíveis e menos lucrativas do que México ou Peru. Os portugueses respeitaram o tratado, o que não trazia dificuldade já que as Guianas não possuíam rios afluentes do Amazonas e nunca foram percorridas pelos bandeirantes brasileiros; aliás, foi a linha divisora das águas amazônicas e atlânticas que marcou a fronteira entre o Brasil e as colônias europeias. Os outros europeus (ingleses, holandeses, franceses) aproveitaram para apoderar-se dessa pequena parte de um continente que já conheciam (há de lembrar o mito do Eldorado), apesar da bula papal dando o monopólio às potências ibéricas. Os espanhóis acabaram cedendo seus direitos sobre as Guianas já no século XVII, e Portugal nunca se opôs à presença desses europeus enquanto não ameaçavam as bocas do cobiçado rio Amazonas (Devèze, 1977).

Interessante, aliás, é ressaltar que as Guianas foram como lotes de consolação para uma Holanda e uma França frustradas na conquista das Américas, ao contrário da Inglaterra. Os franceses se estabeleceram na Guiana Francesa em 1628, na parte devolvida aos espanhóis pelo tratado de Tordesilhas, após terem sido expulsos em 1612 pelos portugueses do Maranhão, a sua colônia da França Equinocial. Já os holandeses se refugiaram na sua Guiana depois da expulsão de Pernambuco pelos portugueses em 1654.

Assim legitimadas e ignoradas pelas bandeiras portuguesas, é entre si que as Guianas inglesa, holandesa e francesa iam combater-se. Tornaram-se alvos estratégicos da colonização europeia na região, como *limes* meridional dos impérios europeus no Caribe, como também para abastecer as metrópoles em produtos tropicais como o açúcar e algumas especiarias. Isso provocou, como nas Antilhas provocara também, um intenso povoamento de origem africana devido ao sistema escravagista das *plantations* (Devèze, 1977).

Mas as tentativas holandesas e inglesas frustradas de conquista nos séculos XVII e XVIII de toda a região das Guianas, o “exclusivo colonial” (obrigação para uma colônia de comerciar exclusivamente com sua metrópole) como as dificuldades de reconhecer as fronteiras entre as colônias, contribuíram a um afastamento mútuo ainda hoje perceptível, frustrando as tentativas de aproximação ou integração depois das independências.

De fato, as independências até exacerbaram as tensões étnicas: indianos e

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

chineses substituíram a mão de obra escrava após as abolições, e agora detêm o poder econômico (Lézy, 2000). Os litígios fronteiriços também acirraram-se, os novos Estados querendo afirmar essa nova soberania pela continuação das velhas reivindicações coloniais, ou sendo vítimas das reivindicações de vizinhos mais poderosos. Assim, a República da Guiana herdou a contestação da Venezuela, que reivindica nada mais do que os dois terços do território (Guiana Essequiba, 160.000 km²) por causa de um tratado fronteiriço de 1899 nunca aceito pelos venezuelanos. Por isso não tem ligações terrestres entre esses dois Estados, nem integração da Guiana venezuelana (a região de Ciudad Guayana e Ciudad Bolívar) com o resto do platô, e quem quiser ir da Venezuela à Guiana passará com mais facilidade pelo Roraima⁸.

O Suriname do seu lado está reivindicando um reajuste da fronteira terrestre com a Guiana a seu favor, a região do Tigri, implicando 15.000 km² no Sudeste do país, como, também, um reajuste da fronteira marítima (Salkin, 1989). Se a contestação terrestre ainda permanece, o litígio marítimo, numa zona rica em petróleo e disputada por multinacionais, só foi resolvido em 2007 a favor da Guiana (Moreira, 2012). As más relações entre os dois vizinhos, apesar de situações semelhantes e do pertencimento comum à OTCA, à AEC e ao CARICOM, fizeram que durante muito tempo não houve relações aéreas entre esses dois Estados (assegurada agora pela *Guyana Airways*).

Tal situação também encontra-se entre Suriname e Guiana Francesa: o primeiro, apesar de uma arbitragem russa favorável em 1891 continua reivindicando uma fonte do rio fronteiriço Maroni diferente daquela que foi aceita no início, reclamando 3.000 km² a mais no Sudoeste da Guiana Francesa incluído entre os rios Litani e Maruini. Também reclama oficialmente um reajuste da fronteira marítima, pedindo uma modificação do seu ângulo para alargar a ZEE à seu favor (Salkin, 1989).

Isso, porém, nunca impediu relações bastante fortes entre os dois vizinhos, como fluxos migratórios do Suriname à Guiana Francesa, onde moram mais de

⁸ O litígio ressurgiu em maio de 2015, com a decisão da Venezuela de reivindicar oficialmente a zona marítima frente ao estuário do Essequibo, onde a Guiana concedeu a exploração do petróleo à companhia norte-americana Exxon-Mobil.
Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

25.000 surinamenses, 10 % da população total⁹ (INSEE, 2012), e turísticos do outro lado (aproximadamente 30.000 franco-guianenses viajando cada ano no Suriname). Se a resolução do conflito precedente a favor da Guiana acirrou o com a Guiana Francesa no começo, o atual presidente surinamense Desi Bouterse parece esquecer essa velha reivindicação: colocado pela ex-metrópole holandesa na lista negra das personalidades políticas com suposto envolvimento no tráfico de drogas¹⁰, portanto precisa da ajuda da França e da União Europeia. Como entre a Guiana e o Suriname, uma lanca permite as ligações terrestres, mas também durante muito tempo não houve ligações aéreas (agora é efetuada pela *Surinam Airways*), os motivos sendo mais econômicos (falta de prioridade e rentabilidade) do que políticos.

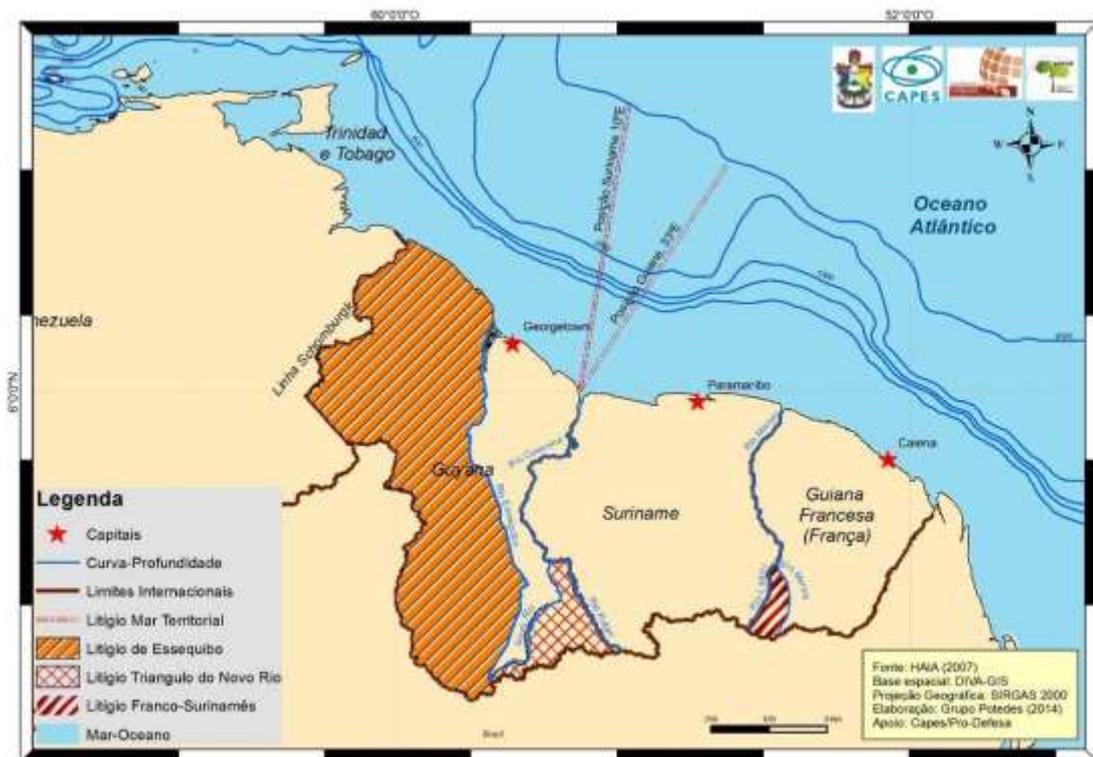


Figura 1: Reivindicações marítimo-territoriais no Platô das Guianas (até 2014)

Fonte: G.V. Silva, *Litiges transfrontaliers sur le Plateau des Guyanes, anciens et nouveaux enjeux politiques*. **L'Espace politique**, Paris, no prelo.

⁹ Durante a guerra civil em 1992, mais de 10 000 surinamenses, na maior parte quilombolas e índios, refugiaram-se na Guiana Francesa, onde a maior parte ficou após o fim da guerra.

¹⁰ Sobre este assunto, também ler o site *JusBrasil*: <http://adpf.jusbrasil.com.br/noticias/2972789/nos-ultimos-dois-anos-exemplos-de-lavagem-de-dinheiro-a-brasileira>

AS INTEGRAÇÕES CONTINENTAIS E REGIONAIS

Uma aproximação com América do Sul à iniciativa do Brasil

Esse afastamento em relação ao resto do continente, apesar da barreira que constituía a selva amazônica, sempre foi um motivo de receio para os dirigentes e geopolíticos brasileiros. Já nos anos 50, antes da independência da Guiana inglesa, Backheuser (1952) e Golbery (1967) tinham destacado o perigo apresentado pela fronteira da colônia inglesa, região de cerrado atravessada por traficantes e missionários evangélicos tentando converter os índios do lado brasileiro. O perigo se acirrou com as independências nos anos 60 e 70 e a instalação de governos de tendência marxista e terceiro-mundista na Guiana e no Suriname (Granger, 2013).

Querendo vigiar as Guianas como toda a região amazônica afim de preservá-la, oficialmente, da cobiça ocidental, e mais oficiosamente da possível desestabilização por movimentos de guerrilha supostamente manipulados por Cuba, o Brasil foi à iniciativa da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978 com todos os países de ecossistema amazônico, menos a Guiana Francesa por sua situação de “anomalia colonial”, devido ao estatuto de território sob tutela francesa (Benchimol, 1978). Permitiu assim pela primeira vez a integração da Guiana e do Suriname dentro de um projeto sul-americano, com o motivo de afastar esses Estados das influências marxistas vindo do Caribe (Cuba e, mais tarde, a Granada de Maurice Bishop) em plena Guerra fria, e aproximá-los de um mundo amazônico ao qual pertenciam até sem ter grande consciência disso por causa de um povoamento quase exclusivamente litoral. Aliás, teve até pressões brasileiras (missão Venturini no Suriname, 1983)¹¹ para eles aceitarem a ajuda financeira e militar oferta pelo Brasil em troca do afastamento em relação à Cuba (Prost, 1998). Sem verdadeira concretização, o tratado foi reativado em 2000 mais formalmente como OTCA, com uma sede em Brasília e um secretário geral eleito, e organiza cúpulas internacionais das quais participam os presidentes guianense e surinamense.

Essa integração ao mesmo tempo forçada e desejada na América do Sul, pelos acordos e tratados mencionados, permitiu a elaboração de uma nova

¹¹ Para afastar a influência cubana forte entre o governo revolucionário no poder no Suriname, o governo brasileiro ameaçou-o claramente com uma intervenção militar. Assinou depois acordos de cooperação para substituir-se à Cuba, principalmente na construção civil e na formação militar. *Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.*

territorialidade para os dois Estados guianenses, que podiam assim diversificar os parceiros: ricos em recursos minerais, encontravam-se sem o capital e a tecnologia necessárias e por isso precisavam quebrar este isolamento com parceiros com o Brasil ou a União Europeia (Visentini, 2008). A Guiana podia até se sentir mais protegida das reivindicações territoriais do vizinho venezuelano, que fazia parte aliás do mesmo organismo, como o Suriname.

Mas a Guiana Francesa foi excluída no início deste movimento. Os países membros do TCA temiam a interferência de uma ex-potência colonial dentro de um espaço que os países sul-americanos ou amazônicos queriam pelo contrário preservar dos apetites dos Estados do Norte (Benchimol, 1978; Coelho, 1992). Daí poucos intercâmbios comerciais oficiais, e poucas relações políticas, o estatuto da Guiana Francesa impedindo relações com Estados soberanos até o ano 2000. A Guiana Francesa muito tempo pareceu uma ilha europeia entre um mar caribenho e um oceano sul-americano (Blanquer, 2005), sentimento até compartilhado pela população local que sempre quis distinguir-se dos povos vizinhos, que, aliás, abasteciam grande parte dos fluxos migratórios. A aproximação fez-se à iniciativa dos poderes executivos locais a partir dos anos 90 com a assinatura dos primeiros acordos regionais entre a Guiana Francesa e o Amapá em 1992, com concretização a nível nacional em 1996 (Granger, 2012).

Essa integração política das Guianas independentes (Guiana e Suriname) na América do Sul foi definitivamente coroada pela admissão dentro de novas estruturas de concertação sul-americanas cada vez mais alargadas: UNASUL unindo os Estados sul-americanos em 2004, CELAC com a América central e o Caribe em 2010, e, no caso da Guiana Francesa, acordos de cooperação com estados brasileiros e convite como membro observador na OTCA em 2004. Além disso, no quadro do projeto IIRSA (Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana) para desenvolver as estradas e hidrovias ligando os países sul-americanos entre si, uma saída terrestre envolve o platô das Guianas, chamada Eixo do Escudo Guianense, facilitando a integração continental (IIRSA, s.d.). Com a concretização desse projeto, a Amazônia tornar-se-á o novo nó de comunicações da América do Sul.

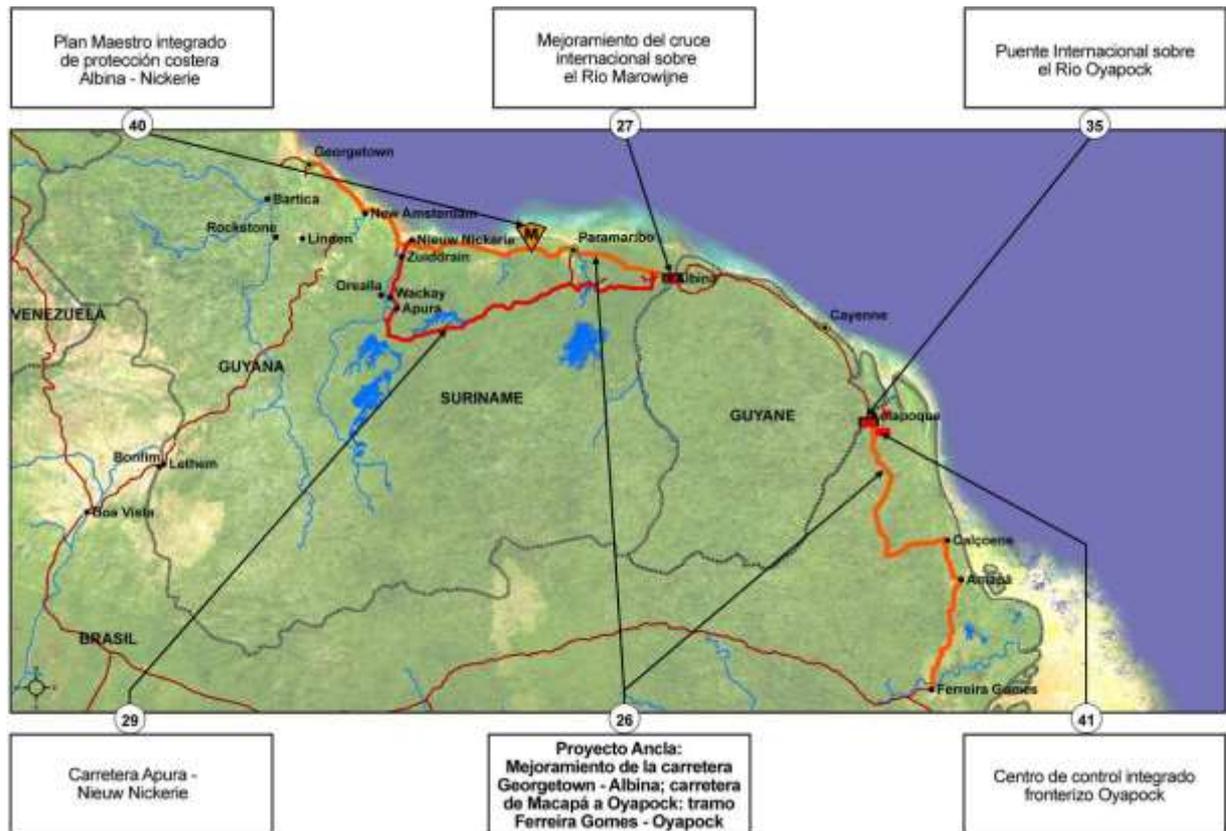


Figura 2: Eixo do Escudo Guianense definido pela IIRSA, com a exclusão das estradas franco-guianenses.

Fonte: www.iirsa.org

Esse processo de integração continental da América do Sul foi chamado de *continentalização* pelo general e geopolítico brasileiro Carlos de Meira Mattos em 1980, na sua obra *Uma geopolítica pan-amazônica* (Mattos, 1980). Alguns pesquisadores franceses reutilizaram essa palavra mais tarde para definir a crescente aproximação das Guianas, inclusive a francesa, com o resto do subcontinente sul-americano (Blanquer, 2005; Granger, 2012). Como se, desde duas décadas e após séculos de rivalidades, as autoridades políticas como econômicas das Guianas assumissem uma nova territorialidade, decorrendo de uma tomada de consciência da situação amazônica e sul-americana, com resolução de problemas (fronteiras, garimpagem, migrações...) que só podia fazer-se à nível continental. Mas essa territorialidade era compatível com os interesses do Brasil de se afirmar como a grande potência regional, e de buscar novos mercados como

novas saídas para seus produtos, como o porto de Georgetown na Guiana, no novo contexto de globalização que sucedeu à Guerra fria.

A valorização da interface pela diversificação dos parceiros

Os executivos das Guianas perceberam na verdade a situação de interface que constituem esses territórios multiculturais entre Caribe, América do Sul e Europa. A Guiana, membro da Organização da Cooperação Islâmica, como já vimos, também pertence ao *Commonwealth* como a quase totalidade das ilhas anglófonas do Caribe¹² (e o Belize, na América central).

O Suriname por seu lado, apesar de não ser de língua inglesa, também integrou o mercado comum do Caribe, o CARICOM, em 1995, fazendo dele o único Estado membro com o Haïti a não ter sido colonizado pelos ingleses. Essa integração permite evitar uma demasiada forte influência brasileira, depois desses acordos das décadas 80 com o Brasil, que quase a satelizaram por motivos de segurança interna. Aliás, além da Organização da Cooperação Islâmica, Suriname também é, agora, membro convidado da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), de iniciativa da Venezuela do presidente Chávez em oposição à dominação estadunidense na região, e composta por Estados tanto sul-americanos (Venezuela, Bolívia, Equador), como caribenhos insulares (Cuba, Granada...). Mas o Brasil, temendo uma demasiada forte influência europeia, tudo fez para evitar o plano do governo holandês de constituir um *Commonwealth* holandês com o Suriname e algumas ilhas do Caribe (Curaçao, Bonaire...), que de fato fracassou (Visentini, 2008).

Guiana e Suriname parecem então procurar ao mesmo tempo uma integração caribenha (AEC, CARICOM), sul-americana (OTCA, UNASUL), continental (CELAC), ideológica (ALBA) e identitária (*Commonwealth*, Organização da Cooperação Islâmica). Mas, como ex-colônias europeias, também assinaram os acordos de Lomé em 1975, tornando-os “Países ACP” (África-Caribe-Pacífico), com acesso privilegiado ao mercado europeu. Fator, aliás, de concorrência interna para as exportações da Guiana Francesa.

¹² O Commonwealth é a organização formada pelo Reino-Unido com a maior parte das suas ex-colônias, como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Malásia, Belize, Guiana e muitas ilhas independentes do Caribe e do Pacífico.
Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

O caso da Guiana Francesa é bem diferente. Em primeiro, porque foi transformada em 1946 em “departamento de ultramar”, isto é parte integrante do território francês, com um estatuto similar ao Havaí dentro dos Estados- Unidos. A integração e a identificação à metrópole francesa era mais profunda e antiga, e essa “departamentalização” era uma velha reivindicação das elites franco-guianenses como franco-antilhasas (Mam Lam Fouck, 1992). As reivindicações identitárias com influências terceiro-mundistas dos anos 60 e 70 não permitiram a emergência de um movimento independentista forte, mas pouco a pouco, as elites políticas da Guiana Francesa conseguiram um alargamento dos seus poderes (leis de Descentralização de 1982), inclusive em relação às Antilhas francesas (Reitoria da Educação própria separada das Antilhas em 1997, universidade própria também separada da Universidade das Antilhas e da Guiana em 2014), como também competências diplomáticas, ainda que sob controle da diplomacia francesa (Lei de Orientação para o Ultramar, 2000).

Pois, a distância geográfica em relação às Antilhas (como à metrópole francesa) e a identificação crescente a um ambiente amazônico de onde vêm vários elementos das culturas locais, indígenas e crioulas, mas também influências culinárias ou musicais dos países vizinhos, levaram as autoridades estaduais da Guiana Francesa a tentar uma aproximação com os países vizinhos a partir da década de 90. O lema atual do governo estadual franco-guianense é: “Guiana Francesa, a França na América do Sul!”

Assim, em 2004, discordando da política nacional francesa no Caribe e sentindo poucas afinidades com essa região cujos problemas nem sempre existem nas Guianas (insularidade, riscos naturais...), o governo estadual franco-guianense se candidatou como membro observador na OTCA com o apoio do Brasil e do governo francês. A França foi, portanto, aceita como membro observador depois de ter sido excluída em 1978, sendo representada pela Guiana Francesa como era o caso no AEC: a presença de organismos científicos famosos (Instituto Pasteur, CNRS, IRD...) e o alto padrão de vida do território francês faziam dele um parceiro interessante, permitindo uma aproximação com a União Europeia. Em suma, a Guiana Francesa no começo tinha sido excluída por ser território francês (e europeu), e essa mesma situação francesa e europeia a torna agora atraente (Granger, 2012). A globalização sucedeu à Guerra fria, e a Guiana Francesa podia se pensar como “uma terra de

cooperação amazônica¹³”. Mas as dificuldades que trouxe essa situação, como veremos, levou o atual governo estadual a voltar a uma orientação mais caribenha com o recente pedido de adesão ao CARICOM como membro associado.

Interfaces múltiplas, caribenhas de um lado, sul-americanas de um outro, com ligações privilegiadas com a Europa, as Guianas também conhecem agora uma integração interna, devido às situações mais ou menos semelhantes e um isolamento continental que está continuando apesar desses acordos de integração: pouquíssimos são, por exemplo, os Estados sul-americanos que têm uma embaixada na Guiana e no Suriname, ou um consulado na Guiana Francesa: trata-se, geralmente, dos Estados vizinhos.

O PLATÔ DAS GUIANAS, À CAMINHO DA COOPERAÇÃO?

A aproximação da Guiana Francesa com o Suriname

Entre as Guianas propriamente ditas, porém, o isolamento mútuo pelas diferenças de língua e de sistemas políticos e as rivalidades ancestrais impediram a emergência de um verdadeiro processo pan-guianista. Economicamente, a semelhança das produções exportadas (matéria prima mineral, madeira e arroz) faz das Guianas mais concorrentes do que possíveis parceiros, sem falar das diferenças de mercados comuns (CARICOM e UE).

Mas, na verdade, as Guianas sempre foram informalmente integradas pelas mobilidades dos indígenas e, principalmente, pelos fluxos ilícitos devido à porosidade das fronteiras: contrabando, garimpagem, migrações... mostrando que o platô das Guianas é uma região natural cujas separações políticas só se devem à história e aos homens. Daí, aliás, as contestações diplomáticas sobre os rios escolhidos, os quais, atravessando territórios indígenas e quilombolas, mais servem como interfaces informais do que separações (Lézy, 2000).

O fato é muito visível na fronteira separando, oficialmente, a Guiana Francesa e o Suriname. Como parte integrante da França (e portanto da União Europeia) na América do Sul, a Guiana Francesa desfruta do mais alto padrão de vida da região,

¹³ <http://guyane.la1ere.fr/2014/09/11/la-region-conforte-son-action-de-cooperation-regionale-185470.html>

o que atrai milhares de migrantes oriundos dos Estados vizinhos: Suriname, Guiana, Norte do Brasil, ou mais afastados mas culturalmente próximos: Haiti e, de um certo modo, República Dominicana. Num território como a Guiana Francesa que sempre assumiu de forma extremamente ambígua sua territorialidade sul-americana, a presença desses migrantes lembra aos habitantes sua situação sul-americana. A tal ponto que, na sua busca identitária recente, o governo estadual da Guiana Francesa (*Conseil Régional*) afirmou no seu Projeto de Sociedade que esses imigrantes finalmente não tão diferentes ajudavam os franco-guianenses a conhecer-se melhor (Congrès des Elus de Guyane, 2009).

Esses fatos foram à origem do desejo dos políticos da Guiana Francesa de elaborar uma política de cooperação regional com os territórios vizinhos. Se, antigamente, o termo *coopération*, ainda pouco usado nos estudos de geografia, aplicava-se na França às ex-colônias africanas num sentido de relações assimétricas, o “forte” (no caso, a França) ajudando o “fraco” (as ex-colônias), no caso da Guiana Francesa com seus vizinhos, Amapá e Suriname principalmente, tratava-se de usar as características comuns como o isolamento continental, e compartilhar as competências. Isto inscrever-se-ia no que o geógrafo francês Michel Bussi chamou de “espaço compartilhado”, dentro do qual:

(...)a cooperação territorial está influenciada por três “polos”, que levam às três perguntas decorrendo da definição da cooperação (identitária, econômica e política), e à três formas de cooperação “estratégica”, “identitária” e “subsidiária”. (Bussi, 2009, p. 22).

Assim pode-se considerar, a partir desses critérios, a aproximação entre Guiana Francesa e Amapá no começo, e o Suriname depois, com a uma cooperação “comunitária”: “colaboramos porque somos parecidos”, pois o aspecto identitário, de afirmação amazônica para a Guiana Francesa, foi fundamental para superar a história colonial a fim de assumir essa perifericidade comum e a inserção geográfica guianense e amazônica (Granger, 2012). Para concretizar essa cooperação, as ferramentas jurídicas existiam, tanto na legislação francesa como comunitária europeia, para permitir cooperações técnicas entre regiões francesas e europeias e regiões estrangeiras.

De fato, um ano depois dos acordos de cooperação Guiana Francesa-Amapá, em 1997, esboçou-se, embora timidamente, uma cooperação entre a Guiana Francesa e o Suriname, com a criação de um secretariado permanente à cooperação e de comissões mistas transfronteiriças envolvendo autoridades políticas nacionais, principalmente para lutar conjuntamente contra a imigração e o contrabando, à imagem do que foi feito com o Brasil a partir de 1983. Mostrando a preocupação e o interesse da França à nível nacional, o presidente da República Jacques Chirac decidiu, em 1998, a criação de uma Embaixada francesa no Suriname com competência até na Guiana após ter-se encontrado com o presidente surinamense em Washington: antes, a embaixada francesa ficava em Trindade e Tobago com competência sobre Suriname e Guiana.

Em 1999 a França incluía o Suriname na sua zona de desenvolvimento prioritária, pela abertura de uma agência da AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) em Paramaribo. Finalmente, em 2001, uma delegação de responsáveis políticos franco-guianenses, encabeçada pelo ministro francês do Ultramar, se encontrava com o presidente surinamense. A preocupação nacional, na verdade, devia-se mais aos problemas da imigração clandestina do que à vontade de desenvolvimento dos intercâmbios econômicos (Granger, 2012). Em 1997, o *Rapport Merle*, do nome de um alto funcionário francês, já pregava uma cooperação nos setores educacionais e da saúde entre a Guiana Francesa e seus vizinhos, para acabar com uma das causas dos fluxos migratórios (Merle, 1997).

A União Europeia, da qual também pertence a Guiana Francesa, tem a mesma preocupação. Financiou nos anos 2000 a reconstrução do hospital de Albina, cidade surinamense fronteiriça, que tinha sido destruído durante a guerra civil dos anos 1987-1992, e que fazia as mulheres da região fazer parto do lado franco-guianense; e participou também do asfaltamento da estrada Albina-Paramaribo, eixo vital do país também afetado pela guerra.

A participação da União Europeia nessa parte tão afastada pode espantar, mas há de lembrar que isso participa da política comunitária europeia: para conter a pressão migratória nas suas fronteiras, iniciou já nos 90 um programa de cooperação transfronteiriça, INTERREG, envolvendo também as fronteiras exteriores. Assim, os países balcânicos, por exemplo, recebem ajudas prioritárias, a

fim de manter a população local e evitar migrações em direção da União Europeia. O Marrocos, cercado as cidades espanholas de Ceuta e Melilla, também desfruta de equipamentos financiados pela UE. Mas, é claro, junto com o reforço da política repressiva contra os migrantes. Portanto, essa política aplica-se também nas margens caribenhas da União Europeia (Martinica, Guadalupe e São Martinho com as ilhas vizinhas) e sul-americanas (POA: Guiana Francesa com os Estados e territórios vizinhos).

O POA, no quadro do qual o Conselho Regional da Guiana Francesa fica encarregado de distribuir 17 milhões de euros proveniente da União Europeia em projetos binacionais de desenvolvimento sustentável, foi, em primeiro, um projeto franco-guianense no quadro comunitário já apresentado (*Union Européenne*, 2007). Pois, sozinhos, os políticos e empresários franco-guianenses não tiveram grande êxito: a Guiana Francesa, com seu fraco mercado e sua fraca produção, aliás, similar à das outras Guianas, não fazia para seus vizinhos um parceiro interessante e tão prioritário como os Estados do Caribe.

Além disso, os políticos franco-guianenses tiveram que esperar o ano 2000 para que uma lei permita aos territórios franceses de ultramar de assinar acordos e parcerias com Estados vizinhos¹⁴, o que até lá só essa possível com distritos administrativos como o Amapá (acordos de 1996). E, em 2009, a Câmara de Comércio e de Indústria da Guiana Francesa (CCIG), como em Macapá, abriu uma representação no prédio da Embaixada da França em Paramaribo.

¹⁴ Lei de Orientação para o Ultra-mar, 2000.

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

Guiana Francesa	França	União Europeia
Conselho Regional (Coletividade Territorial desde 2016) CCIG Universidade Atores individuais (setores culturais, educacionais e da saúde)	LOOM Ministério do Ultramar Embaixada no Suriname AFD (“Países prioritários”) IRD <i>Préfet</i> da Guiana Francesa Reitoria da Educação da GF	Países ACP INTERREG 1 (Caribe) INTERREG 2 (POA)

Figura 3: os diferentes níveis de leis e atores interferindo na cooperação regional na Guiana Francesa.

Mas pelos motivos já apresentados, os intercâmbios econômicos entre as Guianas são fraquíssimos, e nenhum vizinho da Guiana Francesa aparece entre os principais clientes e fornecedores (Granger, 2012). Sinal, no entanto, dessa vontade de integração: o pedido à França do atual presidente surinamense, Desi Bouterse, para a construção de uma ponte binacional em cima das águas do rio Maroni, à imagem da ponte do Oiapoque, ainda não inaugurada 4 anos depois do fim das obras¹⁵. Mas, através dessa mão dada à Guiana Francesa, é na verdade o apoio da França que é seu verdadeiro alvo. Finalmente, sem a França e a União Europeia, teria tido esse começo de parceria entre Guiana Francesa e seu vizinho surinamense?

O caso da República da Guiana

As relações da Guiana Francesa com a República da Guiana são ainda mais difíceis, por causa do afastamento geográfico relativo (são separadas pelo Suriname), mas também das dificuldades políticas e econômicas. Afastamento, aliás, que não impede a presença na Guiana Francesa de cerca de 4 000 guianenses (INSEE, 2012). Mas este país, independente desde 1966, e seu líder progressista e terceiro-mundista Cheddi Jagan sempre foram modelos para a juventude anticolonialista e a esquerda autonomista da Guiana Francesa (Mam Lam Fouck, 1992). Uma delegação do Conselho Regional da Guiana Francesa com seu presidente Antoine Karam visitou assim Cheddi Jagan em Georgetown em 1995,

¹⁵ « Un jour il y aura un pont », **France-Guyane**, Caiena, 26 de agosto de 2010. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

mas apesar das promessas de intercâmbios, o motivo era mais ideológico do que econômico, e ilustrava por parte dos franco-guianenses um desejo de afirmação identitária da Guiana Francesa, mas sem rejeitar o estatuto francês (Granger, 2012). Pelo menos contatos foram tomados entre esses dois territórios, até com o apoio do governo nacional francês que via uma possibilidade para a França de marcar uma presença e tentar aumentar uma influência até lá bastante discreta nessa região, ao contrário do Brasil e do Reino-Unido¹⁶.

Mas se teve que esperar até 2010 para ver uma nova delegação do Conselho Regional da Guiana Francesa encontrar-se com o governo guianense em Georgetown, essa era desta vez encabeçada pelo representante do Estado na Guiana Francesa, o *préfet*, e o embaixador da França no Suriname, cuja área de competência abrangia a Guiana, mostrando como a preocupação à nível nacional juntava os interesses da Guiana Francesa. Os assuntos envolviam a imigração, o turismo, a segurança e a proteção do meio ambiente, e foi decidido o princípio de comissões mistas transfronteiriças bienais, como existem com o Suriname e o Brasil, e de um consulado honorário da Guiana em Caiena, finalmente aberto em 2015¹⁷. Um primeiro efeito concreto de cooperação ocorreu na agricultura, com uma parceria entre produtores de arroz dos dois territórios para melhorar o arroz franco-guianense a partir das experiências da Guiana. Nesse caso, o Sul ajudando o Norte!

Essas relações inter-guianenses foram mais difíceis entre o Suriname e a República da Guiana, apesar das semelhanças étnicas, culturais e político-históricas (independências bastante recentes e pertença à organismos comuns), principalmente por causa dos litígios fronteiriços já mencionados numa zona rica em petróleo. Depois da sentença arbitral de 2007 dando razão à Guiana, o Suriname reclamou, mas aceitou a decisão. Continua, porém, a reivindicar a porção que perdeu, mas de forma diplomática (ainda não ratificou o acordo), até se por enquanto os projetos bilaterais de cooperação entre os dois Estados ainda não se concretizaram (Moreira, 2012). Essa derrota fez as autoridades do Suriname procederem com ainda mais rigor contra os navios pesqueiros guianenses surpreendidos nas suas águas territoriais. O mesmo problema, implicando

¹⁶ Dossiê *Coopération Régionale*, Caiena: CCIG.

¹⁷ «Les prémices d'une coopération avec le Guyana», **France-Guyane**, Caiena, 15 de maio de 2010. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

pescadores do Suriname nas águas francesas, permitiu em 2015 a assinatura de um plano conjunto de luta franco-surinamense contra a pesca ilegal na 4ª comissão mista transfronteiriça¹⁸. Mas, com a Guiana, as coisas parecem longe de se concretizar.

Outro fato atrapalhando potencialmente a cooperação entre os dois países são suas alianças políticas. Se ambos pertencem ao CARICOM e à AEC e à OTCA, além da UNASUL e da CELAC numa escala mais continental, a aproximação entre Suriname e Venezuela no quadro da ALBA, a convite do presidente Chávez, está colocando a Guiana “em sanduiche” dentro dessa aliança, situação perigosa quando se sabe que a Venezuela ainda está reivindicando os dois terços do seu território¹⁹, e o Suriname também uma porção no Sudeste. Daí, a necessidade para a Guiana de reforçar suas parcerias com a França e o Brasil, que já aceitou o princípio de financiar o asfaltamento da estrada ligando Lethem (fronteira Brasil-Guiana) à capital Georgetown, verdadeira espinha dorsal da Guiana (Granger, 2013).

Assim, apesar da pertença ao mesmo mercado comum (o CARICOM), as infraestruturas continuam fracas entre Guiana e Suriname, com uma estrada única ligando os dois Estados. No quadro da UNASUL à qual ambos pertencem, o projeto IIRSA previu, como já vimos, o melhoramento das ligações terrestres entre a Amazônia brasileira e as Guianas. Mas, finalmente, é outro parceiro, ainda mais remoto, quem deveria ligar os dois Estados rivais: a China. Essa se propôs em financiar a ponte no rio Corentyne ligando a Guiana ao Suriname²⁰. Pois, para a potência asiática, Guiana e Suriname têm ambas características fundamentais: riqueza em recursos primários (petróleo, bauxita...) e, não é inocente, fortes comunidades chinesas. Assim, depois do Brasil, da França e da União Europeia, é a China que vai ter possivelmente um papel fundamental na integração das Guianas, mostrando, depois de anos de isolamento, a importância dessas na Globalização, como interfaces entre Caribe, América do Sul, Europa e agora Ásia.

¹⁸ « La coopération s'intensifie pour lutter contre la pêche illégale », **France-Guyane**, Caiena, 12.03.2015.

¹⁹ “Frontiers: why should Guyana trust Suriname?” **Stabroek News**, Georgetown, 31.08.2010. <http://www.stabroeknews.com/2010/guyana-review/08/31/frontiers-why-should-guyana-trust-suriname/> Consultado 04.04.2015.

²⁰ « China to fund bridge between Guyana, Suriname”. **Terradaily**, 03.02.2014. http://www.terraily.com/reports/China_to_fund_bridge_between_Guyana_Suriname_999.html Consultado 14.03.2015.

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

Rivalidades de poder e obstáculos diplomáticos

A aproximação institucional, aliás, aparecia cada vez mais necessária em relação aos problemas migratórios: assim, por falta de acordos binacionais e de um consulado da República da Guiana em Caiena, as autoridades francesas tinham até 2015 que expulsar os clandestinos guianenses pelo Suriname. Só que este, que assinou um acordo de readmissão com a França, não aceita a passagem desses guianenses sem documentação, como a própria Guiana que as vezes exige provas de nacionalidade dos seus súditos quando voltam no país de origem. E retornam assim para a Guiana Francesa, a obrigação (mútua) do visto sendo facilmente contornada²¹...

Finalmente, consequência da aproximação iniciada em 2010, um Consulado honorário da República da Guiana abriu em Caiena em 2015, mas com competências reduzidas comparativamente aos consulados brasileiro e surinamense que têm o estatuto de Consulado-geral. Deveria pelo menos facilitar a readmissão de clandestinos e criminosos expulsos depois da assinatura de um acordo bilateral, que já existe com o Suriname e o Brasil.

Pois, outro problema atrapalhando a integração das Guianas, é a necessidade de visto entre a Guiana Francesa e o Suriname²². Também exigido para os brasileiros na Guiana Francesa (mas sem reciprocidade, e não para a França metropolitana), mostra que devido às migrações clandestinas, fica mais difícil para os homens viajar pelas Guianas enquanto as mercadorias estão cada vez mais liberadas pelos acordos de cooperação. A integração é uma realidade mais econômica do que humana no quadro da Globalização.

Enfim, a preeminência estatutária do governo nacional francês sobre o governo estadual franco-guianense também pode ser fonte de constrangimento. Já em 1999, enquanto os três presidentes dos Conselhos regionais da Martinica, Guadalupe e Guiana Francesa representavam a França numa cúpula da AEC, o presidente do Conselho Regional da Guiana Francesa Antoine Karam teve que votar a posição oficial da França permitindo o transporte de matérias nucleares, que

²¹ Informação fornecida pela Embaixada da França no Suriname e na Guiana, maio de 2015.

²² Mas desde 2011, os franceses e outras nacionalidades europeias só precisam de uma « carteira turística », cuja fácil e rápida obtenção permite uma curta temporada com formalidades administrativas reduzidas.

desaprovava²³. Um mês depois, o mesmo se encontrava no Suriname à convite do presidente surinamense, e viu cada vez o novo embaixador da França no Suriname se impor protocolarmente nas reuniões oficiais, o que provocou protestos tanto do presidente do Suriname como do presidente do Conselho regional da Guiana francesa, que achou a atitude “colonialista”²⁴. O embaixador interpretava, de maneira rígida, o espírito da Constituição da República Francesa, mas se chocou com o desejo de afirmação dos políticos franco-guianenses e de relações fronteiriças do presidente surinamense.

Porém, os deputados da Assembleia nacional francesa cumpriram o desejo dos políticos franco-guianenses quando votaram, em 2000, a lei de Orientação para o Ultramar (LOOM), permitindo relações oficiais entre as Regiões de Ultramar, como a Guiana Francesa, com Estados soberanos. Mas isso não impediu outro problema estatutário, desta vez com a OTCA. Já vimos que a França foi admitida como membro observador da OTCA em 2004, representada pela Guiana Francesa, como esta, junto com Martinica e Guadalupe, representa a França nas cúpulas da AEC. A internacionalização dos problemas amazônicos implicava uma integração da Guiana Francesa, apesar do seu estatuto francês, nas políticas envolvendo os territórios amazônicos (Coelho, 1992). Só que, ao contrário do que acontecia na AEC, não foi como previsto o presidente do Conselho regional da Guiana Francesa que representou a França nas cúpulas, mas altos funcionários do Ministério francês dos Assuntos Exteriores, como se os assuntos amazônicos eram mais sensíveis para a França do que os assuntos caribenhos, provocando um certo constrangimento entre os países participantes (Granger, 2012).

Mas, para o Brasil como talvez a República da Guiana, a França era um parceiro mais importante do que a pequena Guiana Francesa, como mostrou a cúpula da OTCA em Manaus em 2009. A França foi oficialmente convidada pelo Brasil como “potência amazônica” nesse encontro previsto para preparar uma contribuição da OTCA à cúpula de Copenhague sobre os problemas climáticos e ambientais. A cúpula de Manaus viu então a presença do presidente francês Sarkozy, mas o boicote de quase todos os chefes de Estados membros, com a exceção do Brasil e da República da Guiana. Discordando da posição da União

²³ **La Presse de Guyane**, Caiena, 21.04.1999.

²⁴ « La Guyane chaperonnée au Surinam », **France-Guyane**, Caiena, 3-4 de maio de 1999. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

Europeia sobre o aquecimento global e provavelmente constrangida pela presença francesa, a maior parte dos Estados amazônicos alegou falta de disponibilidade para assistir ao encontro e mandou ministros ou personalidades de segundo escalão.

Essa cúpula, então, foi um fracasso também para a participação francesa, assim não legitimada (Granger, 2012). Se à Guiana Francesa mais uma vez não foi dado o papel de representante do Estado francês, devido à presença do próprio presidente da República, é interessante ressaltar que o único Estado presente além do Brasil era a República da Guiana²⁵: vontade de não desagradar a um Brasil protetor contra as ameaças venezuelanas e os problemas com o Suriname, ou de se aproximar de uma França que começava a perceber também como vizinha? Mas a consequência para a Guiana Francesa foi um afastamento da OTCA decidido pelo Conselho Regional, que novamente está buscando uma aproximação caribenha com a candidatura oficial à membro observador do CARICOM, menos sensível para o Estado francês. Apesar das modificações legislativas a favor de uma autonomia maior das Regiões do Ultramar francês, as rivalidades de poder entre um Estado ciumento das suas prerrogativas diplomáticas, e a Guiana Francesa em busca de identidade própria e de afirmação política, ainda estão atrapalhando uma integração melhor no seu ambiente geopolítico regional.

²⁵ « Duo Sarkozy-Lula pour un sommet amazonien a minima ». **France-Guyane**, Caiena, 26.11.2009. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

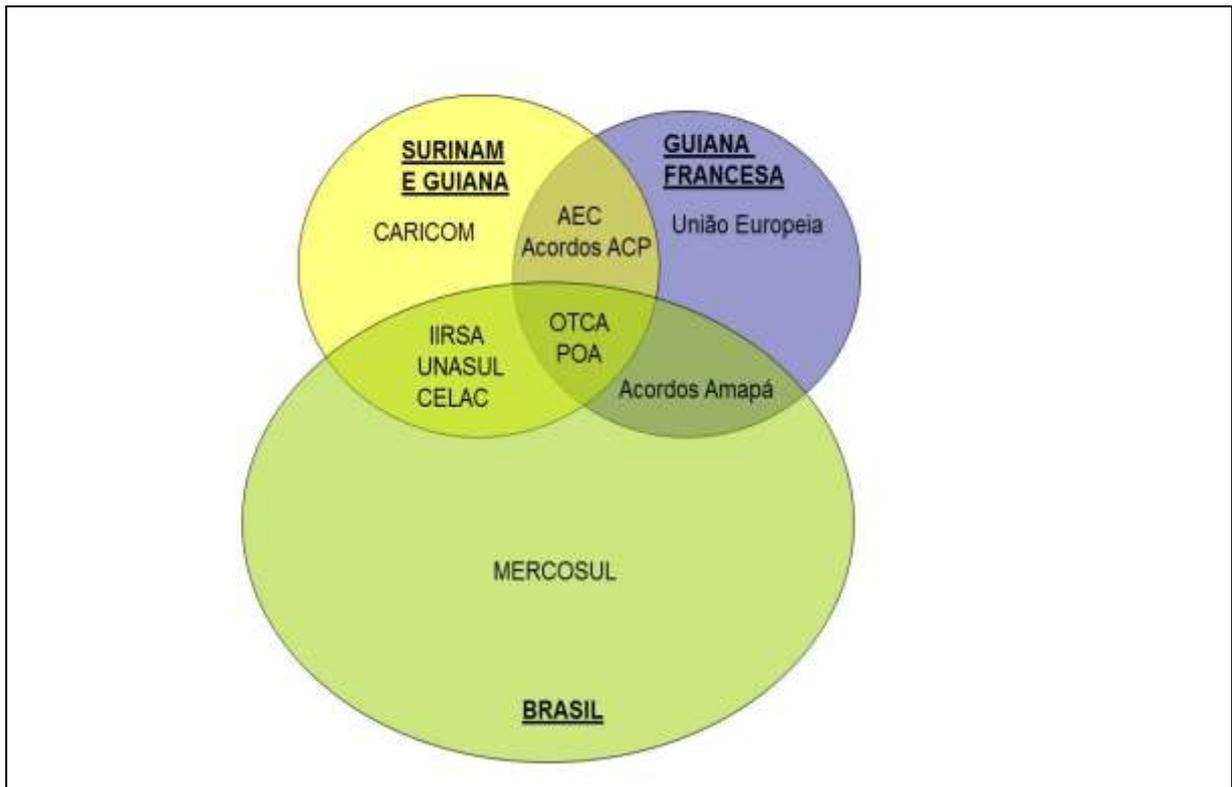


Figura 4: esquemas de integração das Guianas.

Fonte: Granger, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é cedo demais para avaliar os efeitos dessa cooperação, mas fica claro que desde os anos 90 teve um forte aumento das relações bilaterais entre os responsáveis políticos da Guiana, do Suriname e da Guiana Francesa, também implicando parceiros mais remotos como a França e a União Europeia. Mas dá para ver que essa paradiplomacia, para usar um conceito novo designando a prática de relações internacionais por parte de entidades não soberanas como a Guiana Francesa, juntando-se à diplomacia mais tradicional envolvendo entre si a Guiana, o Suriname e o Brasil, estão trazendo vários problemas devido à situação atípica das Guianas.

Em primeiro lugar, são às grandes potências exteriores as responsáveis dessas aproximações, pelas possibilidades de interfaces que oferecem ao Brasil e à Europa as Guianas, ao mesmo tempo caribenhas, amazônicas, sul-americanas e, no caso da Guiana Francesa, europeia. Mas os motivos na verdade são muito diversos: assim, a iniciativa da aproximação com o mundo amazônico e sul-americano deve-

se principalmente à atuação do Brasil, por motivos de segurança nacional em primeiro, motivos econômicos enfim, depois da mudança do quadro geopolítico e econômico mundial, as Guianas seguindo um tradicional tropismo caribenho.

A aproximação entre as Guianas, mais que ao CARICOM, deve-se à União Europeia, graças ao POA, por motivos tanto ambientais como demográficos. A UE e a França são preocupadas pela potencial desestabilização da Guiana Francesa pela forte imigração oriunda dos territórios vizinhos: não tem de esquecer a presença do Centro espacial europeu em Kourou, e as possíveis repercussões de uma imigração incontrolada no subpovoado território francês. Foram assim os problemas migratórios que incentivaram o governo francês a se aproximar dos governos brasileiro em 1983 e surinamense em 1998 com a criação de comissões mistas transfronteiriças. Isso facilitou juridicamente as parcerias com sua Região de Ultramar que desfrutava até lá de fracas competências em matéria de relações internacionais, política revezada pela União Europeia na sua política regional. O geógrafo francês Frédéric Piantoni (2011) via as migrações como “espelho das recomposições do mundo”, uma vez que está também ajudando os franco-guianenses a se perceberem como sul-americanos, participando da elaboração de uma identidade franco-guianense ainda em construção...

A situação francesa e europeia da Guiana Francesa, que finalmente foi ao mesmo tempo um motivo de aproximação com as outras Guianas e uma fonte de dificuldades, trouxe novos paradoxos: permite assim, pelas verbas ofertas, uma cooperação inédita entre as Guianas, mas finalmente é a França e a Europa (e não verdadeiramente a Guiana Francesa), que procuram a Guiana e o Suriname como o Brasil nessa cooperação, enquanto a França é vetada como potência amazônica pelos países vizinhos (menos a Guiana). Do seu lado, a Coletividade Territorial da Guiana Francesa, substituindo o Conselho Regional, com essas aproximações com territórios vizinhos, está tentando afirmar uma nova territorialidade para livrar-se de uma dependência francesa pesada demais, embora não rejeitada.

Os litígios fronteiriços ainda não são resolvidos entre as Guianas, mas o surgimento de um novo ator na integração interna das Guianas, a China, também em busca de afirmação internacional com o Brasil, mostra o interesse novo que despertam esses territórios e sua situação de interface, muito tempo negligenciada. Se o projeto de ponte chinês ligando a Guiana ao Suriname se concretizar, incluirá

ainda mais Guianas solidarizadas na globalização, mais aumentará a dependência decorrente dela. Porém, essas identidades e integrações múltiplas talvez sejam uma oportunidade para as Guianas, a francesa incluída, frente às evoluções do mundo atual, pois a globalização condena os territórios isolados e encravados.

Referências

- AFD-CEROM-IEDOM-INSEE. **Guyane-Suriname, une meilleure connaissance mutuelle pour une coopération renforcée**. Caiena, dezembro de 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: editora Ática, 1989.
- BACKHEUSER, Everardo. **Geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- BENCHIMOL, Samuel. **O Pacto amazônico e a Amazônia brasileira**. Manaus: Faculdade de Estudos sociais, Universidade do Amazonas, 1978.
- BLANQUER, Jean-Michel. « Les Guyanes et les Amériques entre continentalisation et « océanisation », **Etudes de la Documentation Française, Amérique Latine**, Paris, 2005.
- BRASIL. **Resenha de política exterior do Brasil (1964-90): relações com a República cooperativa da Guiana e a República do Suriname. Relações com a França**. Brasília: Ministério das Relações exteriores.
- BUSSI Michel. **Un monde en recomposition, géographie des coopérations territoriales**. Mont-Saint-Aignan, França: Publications des Universités de Rouen et du Havre, 2009.
- COELHO, Pedro Motta Pinto. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Brasília: IPRI, 1992.
- CONGRES DES ELUS DE GUYANE. **Fondements du projet de société**, annexe à la résolution adoptée n° 7. Cayenne, 2 septembre 2009.
- DEVEZE, Michel. **Antilles, Guyanes, la mer des Caraïbes de 1492 à 1789**. Paris: SEDES, 1977.
- GRANGER, Stéphane. **La Guyane et le Brésil, ou la quête d'intégration continentale d'un département français d'Amérique**. 2012. Tese (doutorado em geografia), IHEAL, Paris 3.
- _____. "As Guianas e o Brasil da contenção à continentalização, ou perigo e vantagens de uma interface caribenha e europeia". **Acta Geográfica**, Boa Vista, v.7, n.15, mai./ago. de 2013. p.19-38.
- IIRSA. **Ejes de integración**. www.iirsa.org. Sem data. Acesso 13.02.2015.
- INSEE. **Population selon la nationalité au 1^{er} janvier 2009 en Guyane**. 2012. http://www.insee.fr/fr/themes/tableau.asp?reg_id=25&ref_id=poptc02501
- LEZY, Emmanuel. **Guyane Guyanes, une géographie sauvage de l'Orénoque à l'Amazone**. Paris: Belin, 2000.
- MAM LAM FOUCK, Serge. **Histoire de la Guyane contemporaine 1940-82 : les mutations sociales, économiques et politiques**. Paris: Editions Caribéennes, 1992.
- MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.
- Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 68 - 94, jan./jun. 2016.

MERLE, Jean-François. **Guyane 1997 : état des lieux et propositions**. Rapport à M. le Secrétaire d'Etat à l'Outre-Mer, Paris, 1997.

MOREIRA, Felipe Kern. **O contencioso Guyana vs Suriname sobre exploração de petróleo off shore: notas historiográficas**. ABRI, 1º Seminário internacional de Pós-graduação em Relações internacionais. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, julho de 2012.

PIANTONI, Frédéric. **Migrants en Guyane**. Arles, França: Actes Sud, 2011.

PROST, Catherine. **Organisation et rôle géopolitique de l'Armée au Brésil**. 1998. Tese (doutorado em geopolítica), Paris VIII.

RAFFESTIN, Claude. « Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité ». **Espaces et Sociétés** n° 41, 1982, Paris, p. 167-171.

SALKIN, Yves. « Regard stratégique sur les Guyanes ». **Défense Nationale**, julho de 1989, Paris, p. 125-136.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SURINAME. Suriname migration profile, a study on emigration from, and immigration into Suriname. Final draft report, Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Suriname, oct. 2014.

TAGLIONI, François e CRUSE, Romain. « Le Suriname : une île caribéenne comme les autres? », in Cruse et Rhiney (Eds.), **Caribbean Atlas**, 2011. <http://atlas-caraibe.meabilis.fr/thematiques/qu-est-ce-que-la-caraibe/le-suriname-une-ile-caribeenne-comme-les-autres.html> Acesso 07.04.2012

UNION EUROPEENNE. **Objectif Coopération Territoriale européenne 2007-2013, Programme de Coopération transfrontalière « Amazonie » Guyane-Brazil-Suriname, programme opérationnel**, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. "Guiana e Suriname: uma outra América do Sul". **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional** (2. : 2007 mar. : Rio de Janeiro, RJ). Seminário América do Sul. Brasília: FUNAG, 2008. <http://hdl.handle.net/10183/30421> Acesso 13.02.2015.

Recebido em Outubro de 2015.

Publicado em Fevereiro de 2016.